

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/13494	20154/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Autorização de destaque (indeferimento definitivo) - Rua dos Ribeiros, União das Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede)		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 6/2024/129/0

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Assunto do Processo: AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUE E EMISSÃO DE CERTIDÃO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESTE (SÃO PEDRO E SÃO MAMEDE), RUA DOS RIBEIROS (TRAMITAÇÃO)

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Face à informação técnica antecedente e ultrapassado o prazo para aperfeiçoamento, conclui-se que o presente pedido de destaque e emissão de certidão não reúne condições para aprovação nos termos nela indicados **pelo que se propõe o indeferimento definitivo do pedido apresentado.**

Remete-se o processo à reunião de Câmara, para análise e deliberação.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/13239 de 17 de Abril de 2026.

RESOLUÇÃO

Com base na informação técnica que antecede indefere-se definitivamente o presente pedido, procedendo-se ao seu arquivamento.

Despachos

- A 17/04/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Propõe-se o indeferimento do pedido e consequente arquivamento. Esclarece-se a requerente que para efeitos de destaque ambas as parcelas, a parcela a destacar e a parcela sobrança deverão apresentar características que permitam o cumprimento autónomo de parâmetros urbanísticos de futuras edificações. Assim, não sendo possível garantir os afastamentos entre construções e na salvaguarda de bens e pessoas sobre a eventual demolição parcial de um edifício, recomenda-se que primeiro se proceda à demolição da construção existente, para que se possa ponderar um eventual pedido de destaque."
- A 17/04/2026, António José Zamith Soares Rosas, na qualidade de Diretor Municipal: "Subscrevo"

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 6/2024/129/0

REGISTRO ENTRADA: 995/2024, DE 06/01/2024

REQUERENTE:

LOCAL DA OBRA: RUA DOS RIBEIROS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESTE (SÃO PEDRO E SÃO MAMEDE)

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESTAQUE E EMISSÃO DE CERTIDÃO

16/04/202

1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL

- 1.1. O requerente apresenta através dos registos nº E/995/2024 de 06.01.2024 e E/2940/2024 de 15/01/2024, a um pedido de destaque de parcela, localizado na rua dos Ribeiros, união de freguesias de Este (São Pedro e São Mamede) concelho de Braga, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Braga com o nº 1353/20130315, inscrita na matriz de natureza Urbano sob o Artigo nº 2321.
- 1.2. Nos termos do disposto no n.º 4 do Artigo 6.º do Dec. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, presente operação urbanística está isenta de controlo prévio.

2. DA PRETENSÃO:

- 2.1. Nos termos da Informação Técnica n.º I/10444/DAT/2024, de 02/02/2024, elaborada pela Divisão de Apreciação Técnica, conclui-se que o pedido não reunia condições para pronúncia favorável.
- 2.2. Através do Ofício n.º 6063, de 26/02/2024, foi comunicada a intenção de indeferir o pedido de destaque, com base nos factos e fundamentos constantes da informação técnica supracitada.
- 2.3. Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2014 de 7 de janeiro, foi concedido o devido período de audiência prévia, com vista a permitir ao requerente completar o pedido.
- 2.4. Consultada a plataforma digital de gestão de processos (GESTIONA e SPO) do Município, não se verifica qualquer registo de entrada de elementos referentes ao pedido, pelo que se conclui que não foi cumprido o prazo de 15 dias úteis, nos termos do artigo 122.º do referido Código.

3. PROPOSTA DE DECISÃO:

- 3.1. Nos termos do n.º 3 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2014 de 7 de janeiro, **o órgão competente apenas pode realizar uma única audiência prévia**, na qual deve ser incluída toda a matéria de facto e de direito que sustenta o sentido provável da decisão.
- 3.2. Tendo já sido concedida ao requerente a oportunidade de pronúncia ou de correção da proposta, e mantendo-se inalterados os pressupostos que fundamentam a decisão, propõe-se o indeferimento definitivo do pedido, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (RJUE), bem como o consequente arquivamento do processo.
- 3.3. Remete-se o processo à reunião de Câmara, para análise e deliberação.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

